

O subsecretário de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, observou que a preocupação atual do Governo de Minas Gerais é aperfeiçoar os mecanismos para evitar que novos episódios aconteçam. Em 2016, já foram proibidos novos projetos de barragens com alteamento a montantes e, logo após o rompimento foi determinado o descomissionamento das barragens com essa tecnologia e também suspensa a análise de processos de licenciamento ambiental de novas barragens até que novas regras sejam criadas , afirmou.

Em relação aos recursos hídricos, a diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Marília Carvalho Melo, explicou que o monitoramento de qualidade da água do rio Paraopeba está sendo realizado com frequência diária, desde 26 de janeiro de 2019, um dia após o rompimento da Barragem I. O trabalho desenvolvido é realizado em parceria com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), a Agência Nacional das Águas (ANA) e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Marília Melo lembrou que as Secretarias de Estado de Saúde (SES), de Meio Ambiente e

Audiência na ALMG debate ações após rompimento de barragem

Sex, 15 de Março de 2019 18:05
